

## **A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA ARGENTINA NA ERA KIRCHNER**

*Argentina's Integration Policy in Kirchner's Era*

*Marco Cepik<sup>1</sup>  
Natasha Pergher Silva<sup>2</sup>*

### **I – A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL ENTRE 2003 E 2011:**

A política de integração argentina durante os primeiros oito anos da era Kirchner deve ser entendida e analisada em seu contexto regional, a partir das modificações estruturais ocorridas na América do Sul nas últimas décadas – como o fortalecimento relativo do Brasil e a criação de novas instituições de integração regional (CEPIK, 2005). As prioridades externas do governo argentino foram, nesse sentido, condicionadas por essas mudanças e resultaram em um maior protagonismo do país nas questões regionais. Dentre as principais alterações, salienta-se a nova relação que se desenvolveu entre Argentina e Brasil, a qual deixou de ser predominantemente bilateral e passou a ser fortemente mediada por um misto de cooperação e concorrência regional (TOKATLIÁN, 2009).

Deve-se considerar, ainda, o direcionamento da economia, demografia e geopolítica para o continente asiático como um fator de mudança na política mundial, antes centrada nos EUA e na Europa Ocidental. A redução da influência norte-americana na América do Sul, bem como a penetração gradual de outros atores – como China, Índia, Rússia, África do Sul e Irã – merecem, portanto, ser igualmente analisadas

---

<sup>1</sup> Marco Cepik é professor associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde dirige o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e é coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (M/D).

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

quando abordamos a formulação de política externa dos países sul-americanos (TOKATLIÁN, 2009).

Entendido isso, destacamos três pontos principais que, analisados de forma conjunta, resumem a política externa da Argentina durante os dois primeiros mandatos do casal Kirchner: 1) A nova relação desenvolvida entre Argentina e Brasil pautada, principalmente, pelo esforço sempre tenso de fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). 2) A participação argentina na UNASUL. 3) A aproximação com a Venezuela e o distanciamento dos EUA.

O primeiro ponto a ser explorado na política de integração argentina é o estreitamento do relacionamento com o Brasil. Já em 2003, quando Nestor Kirchner assumiu a presidência argentina, a relação entre os dois países ganhava novo ímpeto. A assinatura do Consenso de Buenos Aires (2003) e da Ata de Copacabana (2004) por ambos os governos atesta a importância estratégica da parceria entre Argentina e Brasil, reforçando a necessidade de um maior desenvolvimento do MERCOSUL. Nesse sentido, a criação do Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) e do parlamento do MERCOSUL, criados em 2005 e 2006, respectivamente, demonstram a convergência política dos dois maiores países da região e estabelece um novo marco para a integração regional no Cone Sul.

A relação estratégica entre Brasil e Argentina, no entanto, não impediu que houvesse desacordos entre os governos de Lula e Kirchner. Os vizinhos, durante esses anos, divergiram principalmente no que tange à questão dos subsídios agrícolas e à reivindicação brasileira de assumir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A Argentina, desde sempre, mostrou-se contrária a tal pretensão e defendeu a instauração de uma cadeira rotativa entre os países da região. A ambição diplomática do Brasil, neste sentido, dificultou o aprofundamento da parceria estratégica com a Argentina e entrou em algum nível de competição com o outro grande mote da política externa brasileira do período, qual seja, a própria integração da América do Sul. Afastada a possibilidade de reforma do Conselho de Segurança da ONU por várias causas externas à região, a integração da América do Sul tende a ser fortalecida. Com a eleição de Cristina Fernandez Kirchner, esperava-se maior cooperação entre os dois

governos. Tal expectativa realizou-se, na medida em que Cristina coloca como uma prioridade de sua plataforma política o estreitamento das relações com o Brasil.

Na área de desenvolvimento social, os dois países mantiveram interações importantes, principalmente através Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e do Instituto Social Brasil-Argentina (ISBA). O ISBA, criado em 2003, tem por objetivo articular os programas sociais dos dois países e impulsionar ações conjuntas. Um bom exemplo é a cooperação entre o programa Fome Zero e do "El Hambre Más Urgente" que promoveu seminários sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Alimentação Escolar em Cidades de Fronteira. Esta cooperação na área social tem o potencial de relançar, tanto regional quanto globalmente, o sentido da integração sul americana e fornecer importante conteúdo estratégico para a parceria atual e futura entre Brasil e Argentina.

O segundo ponto que salientamos é a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008. O surgimento do organismo foi, em nível regional, um passo importante para a articulação sul-americana iniciada em 2000, uma vez que fortaleceu um fórum político regional independente do multilateralismo continental da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ainda que seus desdobramentos estratégicos sejam difíceis de prever, a UNASUL sinalizou um caminho para a síntese diversas iniciativas de integração sub-regional já existentes (MERCOSUL, CAN, ALBA, etc.).

Inicialmente, a Argentina, demonstrou desconfiança em relação ao novo organismo, alertando sobre a possibilidade de hegemonia brasileira na integração sul-americana. Em 2004, o então presidente Néstor Kirchner, não comparecendo à reunião inaugural da UNASUL em Cuzco, deixou visível os seus desacordos com o projeto. No entanto, em maio de 2008, durante a Cúpula de Los Cardales (Argentina), Kirchner foi escolhido o primeiro Secretário-Geral da UNASUL.<sup>3</sup> À época de sua escolha, Kirchner

---

<sup>3</sup> Segundo o artigo 10 do Tratado Constitutivo da UNASUL, o Secretário-Geral é designado para um mandato de dois anos – podendo ser renovado apenas uma vez – durante os quais deve dedicar-se exclusivamente às atividades concernentes à organização. Nesses dois anos o Secretário-Geral, representante legal da UNASUL, deve manter a autonomia da organização, não solicitando instruções tampouco recebendo ordens de quaisquer entidades alheias (UNASUR, 2008: art. X)

era deputado federal pela província de Buenos Aires, cargo que abandonou após ser indicado para Secretaria-Geral da UNASUL. A escolha de Kirchner representou um mecanismo pelo qual se esperava superar as desconfianças argentinas em relação ao processo de integração através do empoderamento de um de seus principais líderes políticos.

Apesar da fama do ex-presidente de negligenciar os assuntos internacionais, Kirchner foi um poderoso articulista político da América do Sul durante esse período de fortalecimento regional. Vale ressaltar a capacidade do ex-presidente na mediação entre a ala bolivariana liderada por Hugo Chávez e a ala social-democrata liderada por Lula durante o seu mandato. A Secretaria-Geral da UNASUL esteve vacante desde a morte de Néstor até março de 2011 quando em Quito, Equador, a cúpula dos países membros da UNASUL decidiu pela direção conjunta da organização, designando María Emma Mejía, ex-Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, e Alí Rodríguez Araque, ex-Ministro de Energia Elétrica da Venezuela, como os novos ocupantes do cargo máximo da UNASUL.

Por fim, a terceira questão a ser elucidada é o distanciamento entre a política argentina e a política dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, a aproximação entre Argentina e Venezuela. Da mesma forma que o governo argentino manteve-se reticente em relação à UNASUL e à suposta pretensão brasileira de tornar-se um líder regional, também demonstrou desacordos com a ingerência estadunidense no sul do continente. A partir disso, deve-se entender a aproximação de Kirchner com os países sul-americanos da ALBA (Venezuela, Equador e Bolívia) como forma de superar essa vulnerabilidade e fortalecer um eixo político que não fosse apenas centrado em Brasília, muito menos em Washington. Essa estratégia, no entanto, apresentou alguns limites práticos devido à importância relativa do Brasil e dos Estados Unidos para a economia argentina em comparação aos países andinos.

A relação entre Argentina e Estados Unidos foi, desde a ascensão dos Kirchner à Casa Rosada, fria e restrita. A crise interna de 2001 e o rompimento com o modelo neoliberal marcam também o fim do período de “relações carnavais” com Washington. A revolta social contra o neoliberalismo ganhou na Argentina um forte componente anti-

americano. A posição argentina de criticar publicamente o FMI e adotar medidas heterodoxas para salvar a economia e de posicionar-se radicalmente contra o projeto norte-americano de livre comércio para as Américas também não agradaram o governo dos EUA.<sup>4</sup> A aproximação com líderes sul-americanos manifestadamente contrários à Washington foi outro fator de discórdia entre os dois países. As bases desta aproximação com a Venezuela foram políticas, mas também econômicas, na medida em que a Venezuela apoiou financeiramente a recuperação argentina nos últimos dez anos desde a crise de 2001.

Os desentendimentos entre Buenos Aires e Washington são inúmeros, de denúncias de lavagem de dinheiro e corrupção até acusações sobre violação de Direitos Humanos. Em janeiro de 2011, a organização não-governamental *Human Rights Watch*, sediada em Nova Iorque, publicou seu relatório anual sobre Direitos Humanos, em que, por um lado, reconhece-se o avanço do julgamentos dos crimes do regime militar, por outro, alerta-se para riscos de retrocesso das liberdades civis nos governos kirchneristas (HRW, 2011). O relatório analisa a “*ley de medios*” aprovada pelo governo em 2010 e denuncia o “limite a liberdade de expressão” dentro do país. Esse alerta, que remete à controvérsia entre o governo e a empresa de comunicação *El Clarín*, foi explorado com algum sensacionalismo pelo Departamento de Estado dos EUA como forma de indicar uma índole autoritária do governo argentino.

Outro motivo para o governo argentino manter-se distante de Washington é o suporte dado pelo Estados Unidos aos principais grupos opositoristas do governo, sendo o caso mais emblemático o do prefeito da cidade de Buenos Aires, Mauricio Macri. Quando a participação de Macri nas eleições presidenciais de 2011 ainda configurava uma possibilidade, o contato entre o prefeito bonaerense e os políticos de Washington era intenso, abordando, desde a renovação dos grupos militares da cidade pela Academia Internacional de Execução de Leis (ILEA na sigla em inglês), em El Salvador, administrada pelo Departamento de Estado norte-americano, até solicitações

---

<sup>4</sup> Néstor Kirchner contestou veementemente o projeto norte-americano da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na IV Cúpula das Américas realizada em Mar Del Plata, 2005.

de Macri para que a embaixada estadunidense elevasse suas críticas ao governo de Cristina Kirchner (PÁGINA 12, 22/02/2011).

## **II - OS EIXOS DA INTEGRAÇÃO A PARTIR DA REELEIÇÃO DE CRISTINA KIRCHNER:**

A reeleição de Cristina Fernández Kirchner, apesar de recente, já sinalizou quais serão os eixos da política de integração regional para os próximos quatro anos. Ainda que os temas centrais da integração não tenham mudado absolutamente, o protagonismo e o papel da Argentina para uma maior cooperação regional têm se mostrado cada vez mais evidentes. Nesse sentido, destacamos os eixos norteadores da política de integração argentina, após as eleições de Cristina Fernandez como sendo os seguintes: 1) Manutenção da relação estreita com o Brasil. 2) Participação do país nos organismos multilaterais de integração regional. 3) Na área de segurança, a proteção dos recursos naturais e combate ao narcotráfico. 4) Defesa da soberania argentina sobre as ilhas Malvinas.

Primeiramente, quanto à relação entre Argentina e Brasil, deve-se salientar a crescente interdependência entre os vizinhos nos últimos anos. Tanto o intercâmbio político e econômico, quanto a integração sócio-cultural, atestam que o impulso dado ao processo de integração na última década mostrou-se bastante exitoso e foi capaz de construir um ambiente de respeito e confiança mútua, elementos-chave para uma integração efetiva.

Assim como a Argentina é um parceiro estratégico do Brasil nas negociações internacionais, o Brasil, por ser, hoje, a sexta maior economia do mundo, absorve, por exemplo, mais de 80% das exportações de automóveis da Argentina – principal indústria nacional –, sendo responsável por mais de 20% dos Investimentos Diretos Estrangeiros direcionados ao país (CARBONE, 2012), o que torna o país um aliado importante do governo de Cristina e, enquanto tal, uma prioridade estratégica da política de integração regional do governo.

O interesse mais imediato consiste nos benefícios econômicos que tal parceria pode trazer para a Argentina. Afinal, ter como principal parceiro um país cujo PIB

atinge os 2,2 bilhões de dólares, cujo mercado consumidor sofreu uma ampliação de 50 milhões de pessoas desde 2003 (FGV, 2010), cuja corrente de comércio supera US\$39 bilhões, e que possui um vasto programa de investimento em infra-estrutura regional é fundamental, não apenas para os objetivos comerciais que o governo argentino estabeleceu, mas também para o crescimento da indústria argentina para além de suas fronteiras. A inserção de empresas argentinas no mercado brasileiro é, portanto, um dos principais eixos da política comercial argentina para os próximos anos, como bem salientou a presidenta Cristina durante a Convenção Anual da Câmara Argentina de Construção: *“Es clave la integración con el Brasil y sería bueno que nos dejen entrar las empresas constructoras allí. Sabemos que viene el Mundial de futbol y los Juegos Olímpicos y es una buena oportunidad en lograr integración en obras y compras gubernamentales”* (LA NACIÓN, 29/11/2011).

Além disso, essa aliança é um elemento chave para uma maior governabilidade sul-americana, a qual se constrói sob os alicerces da cooperação e confiança mútua, e que se materializa na estabilidade política. A relação amistosa entre Brasil e Argentina, desde a ascensão de Néstor Kirchner e Lula, se pauta nessa leitura de governabilidade regional e demonstra que, a despeito das heterogeneidades existentes entre os dois países – que não são poucas – a diplomacia tem se mostrado bastante efetiva.

Assim como a política de aproximação com o Brasil configura uma das prioridades de Cristina, a maior participação nos organismos multilaterais de integração também merece destaque neste novo mandato. No âmbito do MERCOSUL, o protagonismo argentino é formalizado com a assunção de Cristina Kirchner à presidência temporária do bloco, durante a última cúpula dos Chefes e Chefas de Estado, em dezembro de 2011, na cidade de Montevidéu. No seu discurso, defendeu os eixos que orientarão o MERCOSUL durante o próximo semestre, quais sejam, o protecionismo comercial, a entrada da Venezuela no Bloco e a defesa da soberania argentina sobre as ilhas Malvinas. Alegando a importância da substituição de importações e do protecionismo comercial para o desenvolvimento da indústria local, Fernández destacou a necessidade de maior integração produtiva regional e do aumento do comércio Sul-Sul, os quais somente seriam possíveis mediante ações conjuntas dos

países parte. A assinatura de um Tratado de Livre Comércio com a Palestina foi outra questão que ganhou visibilidade durante o encontro. Embora seja um tratado comercial, o acordo tem um caráter profundamente político, pois é o meio pelo qual o MERCOSUL demonstra internacionalmente que reconhece a soberania do Estado Palestino (IHU, 22/12/2011).

Dentre as questões tratadas pelo bloco durante a última cúpula, a mais importante foi a decisão sobre a aceitação da Venezuela no bloco. O tensionamento gerado pela pressão da Argentina, do Brasil e do Uruguai para que o Senado do Paraguai admita a entrada venezuelana no MERCOSUL, indica que se trata também de clivagens existentes dentro de cada um dos Estados do Cone Sul. No caso argentino, o apoio dado à incorporação da Venezuela comprova, mais uma vez, o interesse em ampliar a zona comercial – restrita, hoje, ao Cone Sul – para os demais países da América do Sul.

Assim como no MERCOSUL, a intervenção argentina durante a inauguração da Cúpula da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos), em dezembro de 2011, denota a proeminência e a credibilidade do país no cenário regional. Em função de a CELAC ser articulada por países contrários às propostas estadunidenses para a América Latina, o fórum nasceu com críticas à OEA e aos Estados Unidos. No entanto, conforme ficou explícito na reunião de inauguração, essa orientação gerou controvérsias entre os países. Não apenas os Estados cuja relação com os Estados Unidos é mais estreita (Colômbia e México) demonstraram desacordos com a agenda anti-estadunidense, mas também Brasil e a Argentina – cuja prioridade externa é a região Sul Americana. Fernández, em seu discurso, salientou para a necessidade de não tomar a integração como uma briga contra algum fator externo, mas analisá-la como um instrumento “a favor de nós mesmos”, o que, segundo sua explanação, só ocorrerá por meio de políticas concretas e não através de discursos (LA NACIÓN, 03/12/2011).

Por fim, a UNASUL representa um maior desafio para a atuação argentina devido às heterogeneidades existentes entre os países nas questões de segurança e defesa. A divisão legal e política entre segurança interna e defesa externa no arcabouço institucional argentino não é compartilhada por todos os países da América do Sul. Nesse sentido, as discrepâncias a respeito das funcionalidades das forças armadas e das

forças policiais, bem como da multidimensionalidade dos assuntos de segurança tornam-se um desafio para a cooperação. Nos últimos anos, no entanto, o entendimento da segurança como um conceito que abarca tanto a esfera interna quanto a externa tem se difundido e a UNASUL tem sido, nesse sentido, uma ferramenta importante para a efetividade da cooperação sul-americana.

Nesse sentido, a compreensão da segurança, como sendo uma matéria integral concernente aos Estados deve ser incluído como o terceiro eixo da política de integração argentina. No ano de 2011 observou-se um empenho por parte dos países da região, em especial Brasil e Argentina, para a criação de políticas que visassem à proteção dos recursos naturais do subcontinente, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), órgão da UNASUL inaugurado em março de 2009. Entendendo os recursos naturais como assunto estratégico para a integração sul-americana e reconhecendo que a defesa destes recursos só será possível por meio de ações conjuntas, os países membros da UNASUL, dentre os quais a Argentina, têm buscado criar uma doutrina de proteção pautada na paz e no desenvolvimento.

Ainda na temática da segurança, o crime organizado e o narcotráfico constituem uma prioridade crescente para as autoridades argentinas, inclusive pelo fato de ser um problema global que é tratado pelos países sul-americanos a partir de uma lógica externa à região. A pertinência do tema, para os países latino-americanos, está no fato de que a violência associada ao crime organizado e ao narcotráfico é um problema que atinge mais os países sul-americanos do que os países desenvolvidos, os quais são os consumidores finais dos produtos da atividade ilícita. Conforme o discurso da presidente Fernández pronunciado na cúpula da CELAC: “América Latina fica com as mortes e com as armas enquanto que com as drogas e o dinheiro ficam com os outros” (LA NACIÓN, 02/12/2011).

Esse enfoque, além de reconhecer o problema do crime organizado como um tema central da agenda de integração regional, também propõe que se discuta uma política latino-americana de combate ao narcotráfico distinta da “guerra às drogas” imposta aos países da América Latina desde meados do século XX (TOKATLIAN, 2009). Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de políticas que não sejam baseadas apenas na

repressão violenta ao narcotráfico, mas que possam integrar também outras ações de desenvolvimento econômico, social e institucional capazes de fortalecer de maneira mais sistêmica a capacidade estatal e a democracia na região.

O último eixo prioritário do novo mandato de Cristina refere-se à contenda com a Grã-Bretanha sobre o direito sobre as Ilhas Malvinas/Falkland, a qual representa uma afronta para a ala nacionalista da diplomacia argentina. Já no primeiro governo de Cristina, os tensionamentos com a Grã-Bretanha ressurgiram após a denúncia da presidenta argentina de haver um “enclave colonial na região em pleno século XXI” (ESTADÃO, 02/04/2008). No ano de 2010, a perfuração de poços de exploração pela empresa britânica *Desire Petroleum*, cerca de 100 km ao norte da ilha, fez o governo argentino levar a questão aos demais presidentes Latino Americanos, reunidos no México para a cúpula do Grupo Rio. Os estados latino-americanos e caribenhos demonstraram apoio total ao vizinho sul-americano reconhecendo o seu direito sobre as Ilhas Malvinas.<sup>5</sup>

A Secretária de Estado Hillary Clinton, por sua vez, declarou neutralidade e ofereceu suporte dos Estados Unidos para a mediação do conflito. Apesar do risco inicial, a tensão a respeito da exploração petrolífera nas Malvinas foi sendo dissipada pelos sucessivos fracassos da empresa britânica em extrair hidrocarbonetos dos poços perfurados (BBC, 29/12/2010; GUARDIAN, 04/01/2011; THE TELEGRAPH, 31/05/2011).

No final de 2011, porém, após a reeleição de Cristina, o tema ganhou novo impulso. Após a Cúpula do MERCOSUL decidir pela proibição do aporte de barcos com a bandeira das ilhas em seus portos, e devido ao enorme apoio recebido pela Argentina por parte dos países latino-americanos, a Grã-Bretanha tomou uma iniciativa mais ofensiva quanto à matéria (LA NACIÓN, 25/01/2012). Em janeiro de 2012, o país europeu, juntamente com os 16 países que integram a CARICOM (Comunidade do Caribe), assinaram um documento que preconizava a Autodeterminação dos Povos,

---

<sup>5</sup> Felipe Calderón, presidente mexicano, declarou durante a cúpula: “Os chefes de Estado aqui representados reafirmam seu apoio pelo direito legítimo da República da Argentina na disputa por soberania com a Grã-Bretanha”.

apoiando-se na Carta das Nações Unidas, em uma alusão clara às Ilhas Malvinas/Falkland. Uma semana após o encontro, Londres anunciou o envio de um *destroyer* 45, com mísseis anti-aéreos, um heliporto e cujo sistema de navegação é difícil de ser encontrado por radares. Esse gesto foi repudiado pelo governo argentino, o qual promete denunciar o país ao Conselho de Segurança e à Assembléia Geral da ONU (EL PAÍS, 08/02/2012). Como resposta, os britânicos negaram haver militarizado as ilhas e disseram que a soberania sobre as Malvinas/Falklands somente serão negociadas se a população das ilhas assim o quiser – população majoritariamente de descendência britânica, haja vista que à época da ocupação da ilha, os descendentes argentinos migraram para o continente.

A questão das Malvinas, ao mesmo tempo em que configura um eixo de da política externa argentina com implicações para a integração regional, constitui fator de divisão regional, conforme o documento recente da CARICOM. Afinal, a disputa bilateral pela soberania das ilhas seria, no limite, uma disputa pela exploração de recursos no mar e recursos da Antártida e, portanto, poderia ser melhor enquadrado no âmbito de uma iniciativa conjunta dos países da América do Sul para aquela região como um todo.

### **III – CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Observou-se, nos últimos anos, a tomada consciência por parte dos países latino-americanos de que a cooperação em torno de um objetivo comum faz com que a região – bem como os países que a compõem – adquira maior inserção nos assuntos internacionais, sejam eles de cunho político, comerciais, ou de segurança. Dito isso, é necessário salientar a boa condução política da crise econômica global 2008 aqui na região, principalmente através de políticas macroeconômicas contra-cíclicas e medidas macroprudenciais efetivas, trazendo resultados positivos para o fortalecimento do mercado regional e para a criação de uma condição regional favorável nas negociações internacionais.

É preciso atentar, entretanto, para o fato de que a proximidade dos países centro-americanos e caribenhos com os Estados Unidos contribuiu para uma segmentação sutil,

porém visível, da região: a prioridade da cooperação em matéria de comércio, política e defesa deu-se, principalmente, entre os países sul-americanos, ao passo que a relação com os países da América Central e o Caribe limitou-se a uma identidade política e cultural (SANTIBAÑES, 2011).

Essa separação, do ponto de vista da política de integração argentina, contraria inúmeros interesses do país. A ampliação de aliados no nível regional é extremamente relevante para Buenos Aires, haja vista que, primeiro, a Argentina está envolvida na disputa pela soberania das ilhas Malvinas/Falklands com a Inglaterra e, quanto mais países a apoiarem, de mais força e legitimidade disporá nessa contenda; segundo, uma integração mais abrangente pressupõe um maior número de parceiros comerciais, o que quer dizer, maiores possibilidades de ganhos nesse setor (SANTIBAÑES, 2011). O fato de as economias da Argentina e do México, juntas, superarem a economia brasileira como um todo, bem como o apoio recebido pelo Grupo Rio – hoje CELAC – em 2010, relativo à disputa com a Grã Bretanha sobre as ilhas Malvinas, são evidências da importância da América Central e Caribe para a Argentina.

Como a priorização da América do Sul tem sido uma característica da política externa brasileira para a região, é importante que Brasília compreenda o escopo geográfico e diplomático da visão argentina sobre integração regional. A importância da Argentina para o Brasil, a inevitabilidade de um envolvimento de países do norte da América do Sul com o Caribe (especialmente Colômbia e Venezuela), além das relações brasileiras com Cuba e o envolvimento do Brasil no Haiti, reforçam a necessidade do Brasil articular de maneira mais precisa seus interesses e energias na América Latina e Caribe como um todo, sem prejuízo do aprofundamento do processo de integração da América do Sul por meio da UNASUL. Sem isso, toda aquela região fica restrita às alternativas propostas pela ALBA e pelos Estados Unidos.

## **REFERÊNCIAS**

BBC. Desire Petroleum in Falklands oil setback. Londres, 29/12/2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Balança Comercial – MERCOSUL. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081> Acesso em: 12/02/2012.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Livre-Comércio MERCOSUL-Palestina. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/acordo-de-livre-comercio-mercosul-palestina-montevideu-20-de-dezembro-de-2011> Acesso em: 13/02/2012.

CARBONE, Maria Florencia. La burocracia de la integración. *LA NACIÓN*, 03/01/2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1436875-freno-burocratico-para-la-integracioncausa-o-efecto> Acesso em: 06/02/2012.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: traços estruturais e dinâmica conjuntural. *Análise de conjuntura OPSA*, n.9, 2005.

ESTADÃO. Cristina reitera soberania sobre Malvinas. São Paulo, 02/04/2008.

EUA, Estados Unidos da América. *2010 Reports on human rights practices: Argentina*. Washington: Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor, 2010.

REBOSSIO, Alejandro. Reino Unido envía un moderno buque de guerra a las islas Malvinas. *EL PAÍS*, 31/01/2012. Disponível em: [http://internacional.elpais.com/internacional/2012/01/31/actualidad/1328032905\\_260412.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2012/01/31/actualidad/1328032905_260412.html) Acesso em: 13/02/2012.

REBOSSIO, Alejandro. Argentina denunciará a Reino Unido ante la ONU por militarizar el Atlántico Sur. *EL PAÍS*, 08/02/2012. Disponível em: [http://internacional.elpais.com/internacional/2012/02/08/actualidad/1328660702\\_619895.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2012/02/08/actualidad/1328660702_619895.html) Acesso em: 13/02/2012.

REBOSSIO, Alejandro. Londres niega haber militarizado las Malvinas. *EL PAÍS*, 09/02/2012. Disponível em: [http://internacional.elpais.com/internacional/2012/02/09/actualidad/1328805707\\_949764.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2012/02/09/actualidad/1328805707_949764.html) Acesso em: 13/02/2012.

FERNANDÉZ, Nelson. El bloque acordó más proteccionismo. *LA NACIÓN*, 21/12/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1434394-el-bloque-acordo-mas-proteccionismo> Acesso em: 06/02/2012.

GIORGI, Debora. Nuevo contexto, nuevos desafíos. *LA NACIÓN*, 18/10/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1414808-nuevo-contexto-nuevos-desafios> Acesso em: 06/02/2012.

GUARDIAN. Desire Petroleum abandons Falklands well. Londres, 04/01/2011

HRW, Human Rights Watch. World Report 2011: Argentina. Nova York, 2011.

Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Cúpula do MERCOSUL. Intenso Debate. *IHU*, 22/12/2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505276-qvejo-isso-como-uma-oportunidade-historicaq> Acesso em: 13/02/2012

LA NACIÓN. Maria Emma Meijía, la nueva cara de la integración regional. *LA NACIÓN*, 22/05/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1375109-maria-emma-mejia-la-nueva-cara-de-la-integracion-regional> Acesso em: 07/02/2012.

LA NACIÓN. Cristina Kirchner: "La inversión en el ladrillo es una de las más seguras de la Argentina". *LA NACIÓN*, 29/11/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1428758-cristina-kirchner-la-inversion-en-el-ladrillo-es-una-de-las-mas-seguras-de-la-argentina> Acesso em: 12/02/2012.

LA NACIÓN. Cristina: "La integración no se va a dar a partir de discursos". *LA NACIÓN*, 02/12/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1429791-cristina-en-la-cumbre-de-la-celac> Acesso em: 06/02/2012.

LA NACIÓN. Nace la CELAC, un nuevo bloque americano impulsado por Hugo Chávez. *LA NACIÓN*, 03/12/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1429832-nace-la-celac-un-nuevo-bloque-americano-sin-eeuu-ni-canada-impulsado-por-hugo-chavez> Acesso em: 06/02/2012.

LA NACIÓN. La institucionalidad del MERCOSUR. *LA NACIÓN*, 05/01/2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1437851-la-institucionalidad-del-mercosur> Acesso em: 06/02/2012.

LA NACIÓN. Malvinas: apoyo del Caribe a Londres. *LA NACIÓN*, 25/01/2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1443150-malvinas-apoyo-del-caribe-a-londres> Acesso em: 12/02/2012.

LLENDEROZAS, Elsa. Seguridad, un desafío regional. *LA NACIÓN*, 30/06/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1385524-seguridad-un-desafio-regional> Acesso em: 07/02/2012.

MERCOSUL. Chanceleres do MECOSUL se reúnem em Montevideo. *Parlamento Del Sur*, 19/12/2011. Disponível em: [http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/6058/1/secretaria/chanceleres\\_do\\_mercosul\\_se\\_reunem\\_em\\_montevideu.html](http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/6058/1/secretaria/chanceleres_do_mercosul_se_reunem_em_montevideu.html) Acesso em: 13/02/2012.

NERI, Marcelo (coord.). Os Emergentes dos Emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: [http://www.fgv.br/cps/bd/nbrics/NBrics\\_Pesquisa\\_neri\\_fgv.pdf](http://www.fgv.br/cps/bd/nbrics/NBrics_Pesquisa_neri_fgv.pdf)

OPPENHEIMER, Andrés. La integración al revés. *LA NACIÓN*, 06/12/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1430432-la-integracion-al-reves> Acesso em: 12/02/2012.

PÁGINA 12. *El hombre que pedía demasiado*. Buenos Aires, 22/02/2011.

ROSALES, Osvaldo. Tiempo de replanteos para América Latina. *LA NACIÓN*, 10/01/2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1439103-tiempo-de-replanteos-para-america-latina> Acesso em: 06/02/2012.

SANTIBAÑES, Francisco. Mirar hacia América Latina. *LA NACIÓN*, 19/11/2011. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1424512-mirar-hacia-america-latina> Acesso em: 06/02/2012.

SZEWACH, Enrique. Las Malvinas y el dulce de naranja. *LA NACIÓN*, 31/01/2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1444785-las-malvinas-y-el-dulce-de-naranja> Acesso em: 07/02/2012.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. *Incertidumbres y encrucijadas para la política exterior de Argentina*. Notas sobre el escenario internacional y la dinámica regional. Fundación Friedrich Ebert Argentina, 2009. Disponível em [www.library.fes.de](http://www.library.fes.de). Acesso em 20/06/2011.

THE TELEGRAPH. *Desire Petroleum identifies new Falklands drilling areas*. Londres, 20/06/2011

UNASUR, União das Nações Sul Americanas. Tratado Constitutivo UNASUR.

*Artigo recebido dia 20 de fevereiro de 2012. Aprovado em 27 de fevereiro de 2012*

## **RESUMO**

A América do Sul tem assistido, na última década, um processo de convergência política e proximidade programática entre os governos sul-americanos que, embora não assegure um ambiente de irrestrita cooperação, é substancial para a integração regional. Nesse sentido, o presente artigo pretende analisar os eixos da integração defendidos pelo governo argentino nesse novo momento pelo qual tem passado a região. Conclui-se que a política de integração da Argentina, além de constituir um ponto chave para a cooperação entre os países platinos e os países do norte andino, coloca em questão a necessidade de uma articulação política que abranja, também, os países da América Central e do Caribe, dado que esta se apresenta como uma área estratégica tanto para a Argentina, quanto para os demais países sul-americanos.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Integração Regional, Argentina, Era Kirchner, América Latina

## **ABSTRACT**

South America has experienced, in the last decade, a process of political convergence among the South American governments which, although does not assure an unrestricted cooperation, is substantial for the regional integration. In this sense, the present article intends to analyze the integration axes defended by the Argentine government in this new moment through which the region has past. The conclusion is that Argentine integration policy, besides constituting a key point to the cooperation between Southern Cone and North Andean countries, brings out the need of a political articulation that also includes, Central America and Caribbean countries, since it is presented as a strategic area both for Argentina and for other South American countries.

## **KEYWORDS**

Regional Integration, Argentina, Kirchner Era, Latin America